

**AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 47/2022
Processo Administrativo nº 23411.005541/2022-10

Sr(a). Pregoeiro(a),

MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.949.582/0001-82, com sede na Rodovia BR 277 – km 4 – nº 3.931, Curitiba, Paraná, vem, por intermédio de seu representante legal, com fulcro na Lei Federal 10.520/02, com aplicação supletiva da Lei 8.666/93 e nas condições previstas no edital e seus anexos, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

1. DA LICITAÇÃO

A presente licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visa a formação de ata de registro de preços para a aquisição de itens de Ambiente e Saúde, conforme as especificações no Edital e anexos, ora impugnados.

Todavia, o Edital está exigindo características irrelevantes e desnecessárias no que se refere às necessidades técnicas de equipamentos médico hospitalar, o que reflete o caráter de direcionamento do Edital, ferindo a legislação concernente aos processos licitatórios.

Por este motivo, a IMPUGNANTE, passa a apresentar as razões da sua impugnação, visto que o Edital contém irregularidades sanáveis.



2. DA IMPUGNAÇÃO

De acordo com o ordenamento jurídico pátrio, a licitação pública está amplamente amparada na Constituição Federal e nas leis ordinárias, de forma que o Edital ao estabelecer **cláusulas restritivas**, que predeterminam a possível vencedora, afronta os dispositivos contidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, e, ainda, desvia-se dos preceitos preconizados nos artigos 3º, § 1º, inciso I e II da Lei nº 8.666/93.

Além disso, observamos que o inc. I, do § 1º, Art. 3º da Lei 8.666/93, veda a inserção, no Edital de licitação, de condições e ou cláusulas que frustrem ou inibam seu caráter competitivo. Vejamos, *in verbis*:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que **comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;” (grifos nossos).

No caso em tela, a Administração Pública está afastando-se completamente da essência do instituto da Licitação, qual seja, o da ampla competição e seleção da proposta mais vantajosa.



2.1. Da necessidade de revisão do Anexo I:

Conforme a interpretação do jurista Jessé Torres Pereira Júnior, na obra: Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Editora Renovar, 6ª edição, ano 2003, págs. 56/57:

“(...) Licitação sem competição é fraude ou não-licitação. Outro não foi o motivo que levou a Lei federal nº 4.717, de 29.06.65, a cominar a sanção de nulidade, a ser declarada em ação popular, à empreitada, tarefa ou concessão de serviço público quando ‘no edital de concorrência forem incluídas cláusulas ou condições que comprometam o seu caráter competitivo’ e ‘a concorrência administrativa for processada em condições que impliquem na limitação das possibilidades normais de competição’ (art. 4º, III, alíneas “b” e “c”).”

O mesmo autor, na mesma obra supra mencionada, na página 59, ensina que:

“(...) É expediente igualmente censurável disfarçar-se a restrição à competitividade mediante a descrição de **especificações técnicas irrelevantes** para o atendimento às necessidades a que se destina o objeto da licitação. (...)”(grifo nosso).

Vemos que a legislação constitucional e infraconstitucional garante e impõe a todos a observância e a correta aplicação dos princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, dentre esses o da isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa, os quais foram infringidos pelas exigências do Anexo I, posto que o mesmo culmina por **direcionar o Edital**, pela inserção de **exigências irrelevantes ao uso da técnica** e ao bom funcionamento dos equipamentos, no descritivo do referido processo, vejamos:



Item 115 – APARELHO DESFIBRILADOR EXTERNO COM BATERIA RECARREGÁVEL

A descrição do item encontra-se totalmente **direcionada** somente ao equipamento Desfibrilador externo automático **INSTRAMED**, modelo DEA I.on LED, registro na Anvisa nº 10242950016.

Dessa forma sugerimos abaixo um modelo de descritivo, retirando os pontos que geram direcionamento, sem comprometer a participação da marca já citada, porém possibilitando a participação de todos os outros concorrentes:

DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO – DEA.

Desfibrilador automático para prover desfibrilação externa em pacientes adultos e pediátricos conforme a tecnologia da onda bifásica (retilínea ou exponencial truncada) com compensação automática, de acordo com impedância do paciente.

Equipamento portátil, com detecção automática de fibrilação ventricular e taquicardia ventricular com níveis de especificidade e sensibilidade para reconhecimento e limitação da energia de forma automática pelas pás, tempo de carga máxima para disparo de no mínimo 10 segundos.

O aparelho detecta ritmo tratável com o modelo semiautomático para o choque ou o ritmo não-tratável entrando no status de RCP.

Nível de energia de pelo menos 100 a 360 J, configurável para uso com adultos e de pelo menos 10 a 100 J, configurável para uso pediátrico.

Armazenamento de ondas de pelo menos 5 horas de formas de ondas de ECG e pelo menos 500 eventos. Registro de voz de pelo menos 01 hora.

Relatórios de auto-teste de pelo menos 1.000 registros.

Seguir as diretrizes do protocolo guideline da AHA.

Fornecer instruções de voz e ilustrações que orientam o operador durante todo o processo de desfibrilação.

Apresentação de proteção contra poeira e respingos de água de pelo menos IP55.



Desfibrilação deve possuir modo de desfibrilação pediátrica, com reconhecimento e limitação da energia de forma automática pelas pás;

A bateria deve ser descartável e deve possuir tempo de vida útil em modo espera de no mínimo 04 anos e possibilitar no mínimo 180 choques com carga máxima.

O equipamento deve possuir uma conexão USB e suportar Windows 7 ou sistema operacional superior.

O equipamento deve realizar um teste automático no tempo configurado, mesmo quando desligado, para verificar o desempenho operacional do equipamento e alertar o operador se houver um problema.

Peso de no máximo 2,5kg.

Deve atender aos padrões da norma IEC 60601-2-4.

Deve acompanhar o equipamento: 1 (um) jogo de pás adesivas descartáveis ou reutilizáveis para uso adulto.

Deve o Anexo I do Edital, ser devidamente **revisado** pela Licitante, visando a sua alteração, para permitir que outros concorrentes possam participar do Certame, oferecendo equipamentos com tecnologia atualizada.

O que se pretende com a presente impugnação é que a escolha do produto seja feita em função de **critérios econômicos e técnicos, que evidenciem uma vantagem na escolha**, conforme disposto legalmente, motivo pelo qual deve haver uma melhor avaliação das características técnicas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente impugnação pretende, com base na fundamentação técnica e jurídica ora exposta, demonstrar que através da alteração do Edital, a Licitante pode ser beneficiada **sem qualquer alteração nos custos da licitação.**



É sabido que a licitação visa permitir a participação do maior número possível de interessados, em um processo seletivo que lhes permita igualdade de condições, fazendo com que a Administração Pública possa contratar com aquele que lhe ofereça melhores condições técnicas e econômicas, com a segurança exigida. Entretanto, não é isto que verificamos no caso em tela.

4. REQUERIMENTO

1. Diante do exposto e tendo em vista que o Edital, na forma como redigido, se caracteriza direcionador no item citado, a Impugnante requer que seja REFEITO/REDEFINIDO o descritivo no que se refere às especificações técnicas, constantes do Edital, consoante a fundamentação supra, permitindo assim que outros fabricantes, igualmente ou mais qualificados, possam participar da licitação, atendendo obviamente as necessidades do objeto da licitação, em total observância aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Curitiba, 29 de agosto de 2022.

MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA



Luciano da Silva Vasconcelos
Representante legal
RG: 8356785-6 SSP/PR
CPF: 029.804.079-41

